

COM BASE NO EDITAL Nº 01/2026



# MP-ES

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO

AGENTE TÉCNICO  
ENFERMEIRO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico-Matemático
- ▶ Legislação e Código de Ética do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
- ▶ Conhecimentos Específicos

**BÔNUS**  
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



# **AVISO IMPORTANTE:** **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

## **POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?**



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:  
Acesse agora: [www.apostilasopcao.com.br](http://www.apostilasopcao.com.br)

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

**Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.**





**MP-ES**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO**

**AGENTE TÉCNICO - ENFERMEIRO**

EDITAL DE CONCURSO Nº 01/2026

CÓD: OP-058MR-26  
7908403589821

## ÍNDICE

**Língua Portuguesa**

1. Elementos de construção do texto e seu sentido: Gênero do texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo); interpretação e organização interna .....	9
2. Semântica: Sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos .....	13
3. Emprego de tempos e modos dos verbos na língua portuguesa; mecanismos de flexão dos nomes e verbos .....	15
4. Morfologia: Reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais.....	18
5. Processos de formação palavras.....	25
6. Sintaxe: Frase, oração e período; termos da oração; processos de coordenação e subordinação.....	28
7. Concordância nominal e verbal .....	30
8. Transitividade e regência de nomes e verbos .....	32
9. Padrões gerais de colocação pronominal na língua portuguesa.....	33
10. Mecanismos de coesão textual.....	35
11. Ortografia.....	36
12. Acentuação gráfica.....	38
13. Emprego do sinal indicativo de crase.....	39
14. Pontuação .....	40
15. Estilística: Figuras de linguagem .....	41
16. Reescritura de frases: Substituição, deslocamento, paralelismo .....	45
17. Variação linguística .....	46
18. Norma padrão.....	47

**Raciocínio Lógico-Matemático**

1. Conjuntos e suas operações, diagramas .....	53
2. Números inteiros, racionais e reais e suas operações .....	56
3. Porcentagem.....	62
4. Proporcionalidade direta e inversa .....	64
5. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo .....	66
6. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações das relações fornecidas e avaliação das condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. formação de conceitos, discriminação de elementos. Proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados ...	69
7. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal .....	82
8. Raciocínio matemático.....	86
9. Raciocínio sequencial, reconhecimento de padrões, orientação espacial e temporal .....	91
10. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.....	94
11. Problemas de lógica e raciocínio.....	97
12. Problemas de contagem .....	99
13. Noções de probabilidade .....	102
14. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área .....	104
15. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão.....	112

# Legislação e Código de Ética do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

1. Lei Orgânica do MPES - Lei Complementar Estadual nº 95/1997 (Título I - Da Organização e Atribuições do Ministério Público. Capítulo I - Das Disposições Gerais; Capítulo II – Da Organização do Ministério Público) .....	121
2. Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989 (Título I - Do Estado do Espírito Santo e seu Território; Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais; Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Administração Da Justiça, Seção I - Do Ministério Público).....	122
3. Lei Estadual nº 7233/2002 (Dá nova redação ao plano de carreiras e vencimentos dos servidores administrativos do Ministério Público).....	126
4. Lei nº 13709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) .....	132
5. Portaria PGJ nº 897/2023 (Institui a Política de Privacidade e de Proteção de Dados Pessoais no MPES).....	146
6. Código de Ética do MP (Resolução CNMP nº 261/2023) .....	149
7. Portaria nº 8565/2017 (Dispõe sobre a estratégia institucional e seu modelo de governança no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo) .....	152
8. Planejamento Estratégico 2024-2032 do MPES.....	156
9. O Ministério Público brasileiro e a promoção dos ODS da Agenda 2030 .....	157
10. Regimento Interno da Estrutura Organizacional do MPES (Resolução nº 12/2012) .....	158

## Conhecimentos Específicos

1. Modalidades assistenciais; Hospital-dia, assistência domiciliar, trabalho de grupo .....	195
2. Prática de enfermagem na comunidade; Cuidado de saúde familiar; Estratégia da saúde da família .....	196
3. Teorias e processos de Enfermagem.....	200
4. Taxonomias de diagnósticos de enfermagem .....	202
5. Atuação da enfermagem em procedimentos e métodos diagnósticos.....	202
6. Procedimentos técnicos em enfermagem .....	204
7. Assistência de enfermagem perioperatória .....	234
8. Assistência de enfermagem a pacientes com alterações da função cardiovascular e circulatória, digestiva e gastrointestinal, metabólica e endócrina, renal e do trato urinário, reprodutiva, tegumentar, neurológica e músculo esquelético .....	253
9. Assistência de Enfermagem ao recém-nascido; Modelos de atenção ao recém-nascido, que compõem o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento; Assistência de enfermagem à criança: aleitamento materno, atendimento de enfermagem em emergências pediátricas, cuidados de Enfermagem nas doenças prevalentes na infância (diarreicas e respiratórias).....	256
10. Assistência de Enfermagem aplicada à saúde sexual e reprodutiva da mulher, com ênfase nas ações de baixa e média complexidade; Saúde sexual e reprodutiva, Saúde da Mulher; Assistência de enfermagem à gestante, à parturiente e à puerpera .....	268
11. Assistência de enfermagem à mulher no climatério, na menopausa e na prevenção e tratamento de ginecopatias.....	277
12. Assistência de Enfermagem ao adulto com transtorno mental; Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que inclui os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), a Atenção Primária à Saúde (APS), os Leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais, os Serviços de Urgência e Emergência, as Residências Terapêuticas e os Centros de Convivência e Cultura; Instrumentos de intervenção de Enfermagem em saúde mental .....	280
13. Assistência de Enfermagem em gerontologia .....	294
14. Assistência de Enfermagem ao paciente oncológico nas diferentes fases da doença e tratamentos; Quimioterapia, radioterapia e cirurgias .....	296
15. Assistência de Enfermagem em agravos à saúde relacionados ao trabalho .....	302

## ÍNDICE

16. Atendimento a pacientes em situações de urgência e emergência; Estrutura organizacional do serviço de emergência hospitalar e pré-hospitalar; Enfermagem em urgências .....	304
17. Suporte básico de vida em emergências .....	305
18. Assistência de enfermagem em queimaduras .....	310
19. Emergências relacionadas às doenças do aparelho respiratório, do aparelho circulatório e às psiquiátricas.....	314
20. Atendimento inicial ao politraumatizado; Atendimento na parada cardiorrespiratória .....	318
21. Assistência de enfermagem ao paciente crítico com distúrbios hidroeletrólíticos, ácido-básicos, insuficiência respiratória e ventilação mecânica; Insuficiência renal e métodos dialíticos; Insuficiência hepática .....	323
22. Avaliação de consciência no paciente em coma .....	331
23. Doação, captação e transplante de órgãos .....	332
24. Violência, abuso de drogas, intoxicações, emergências ambientais.....	333
25. Assistência de enfermagem em acidentes com animais peçonhentos e mordeduras de animais .....	334
26. Central de material e esterilização; processamento de produtos para saúde; processos de esterilização de produtos para saúde; controle de qualidade e validação dos processos de esterilização de produtos para saúde .....	337
27. Vigilância epidemiológica e vigilância em saúde .....	347
28. Programas de prevenção e controle de doenças transmissíveis prevalentes no cenário epidemiológico brasileiro.....	348
29. Doenças e agravos não transmissíveis .....	352
30. Hipertensão arterial, diabetes mellitus, obesidade e neoplasias .....	353
31. Práticas de biossegurança aplicadas ao processo de cuidar; Risco biológico e medidas de precauções básicas para a segurança individual e coletiva no serviço de assistência à saúde; Precaução-padrão e precauções por forma de transmissão das doenças; Medidas de proteção cabíveis nas situações de risco potencial de exposição; Prevenção e Controle de Infecções; Biossegurança nos serviços de saúde .....	356
32. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde; Planejamento e Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde	362
33. Princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (Lei nº 8080/1990); O controle social na gestão do SUS e a participação da comunidade no SUS (Lei nº 8142/1990); Políticas de Promoção à Equidade no SUS.....	367
34. Constituição Federal – do Art. 196 ao Art. 200 (Da Saúde) .....	386
35. Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 2.436/2017) .....	388
36. Política Nacional de Humanização-HumanizaSUS.....	416
37. Programa Nacional de Imunizações.....	419
38. Lei nº 10.216/2001 .....	431
39. Laudos e Documentação Técnica; Elaboração de Documentos Técnicos: estrutura de laudos e pareceres técnicos; relatórios de vistoria e inspeção .....	432
40. Legislação e Aspectos Éticos; Código de Ética e Deontologia da Enfermagem – análise crítica; Bioética; Legislação e normas aplicáveis: Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem (Resolução COFEN 564/2017) .....	434
41. Lei do Exercício Profissional (Lei nº 7.498/1986, regulamentada pelo Decreto nº 94.406/1987) .....	442

# LÍNGUA PORTUGUESA

## ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: GÊNERO DO TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO); INTERPRETAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INTERNA

A classificação dos textos em tipos e gêneros textuais é fundamental para a compreensão dos processos de produção e interpretação textual. Esses dois conceitos, apesar de relacionados, possuem diferenças importantes.

Os tipos textuais se referem à forma como o texto é estruturado, isto é, à sequência linguística predominante, como narração, descrição ou dissertação. Já os gêneros textuais estão ligados ao contexto social e às funções comunicativas dos textos, como carta, notícia ou crônica.

A distinção entre esses conceitos é importante não apenas para o entendimento teórico da língua, mas também para a prática de leitura e escrita. Saber identificar o tipo e o gênero de um texto ajuda o leitor a compreender melhor suas intenções, assim como auxilia o produtor textual a escolher a estrutura e o estilo mais apropriados para alcançar seu objetivo comunicativo.

Nos últimos anos, a crescente diversidade de práticas sociais e a evolução das formas de comunicação, especialmente com o avanço das tecnologias digitais, têm provocado mudanças na forma como os gêneros textuais são usados e entendidos.

### TIPOS TEXTUAIS

Os tipos textuais referem-se à organização interna dos textos, ou seja, à maneira como a informação é estruturada linguisticamente. São estruturas formais que determinam como as ideias serão apresentadas, independentemente do contexto social ou do propósito comunicativo.

Existem cinco principais tipos textuais amplamente reconhecidos na linguística: narração, descrição, dissertação, exposição e injunção. Cada um desses tipos possui características próprias que guiam a produção e a interpretação dos textos.

#### ► Narração

A narração é o tipo textual que conta uma história, relatando eventos ou ações em sequência. Nessa estrutura, os fatos são geralmente organizados em uma ordem cronológica, e há a presença de personagens, um ambiente (espaço) e um tempo definidos. O enredo, que é a sequência dos acontecimentos, é fundamental para a construção do texto narrativo. Um exemplo típico de texto narrativo é o conto, que apresenta um início, um desenvolvimento e um desfecho.

**Exemplo:** contos, romances, crônicas, anedotas.

#### ► Descrição

O texto descritivo busca retratar com detalhes as características de pessoas, objetos, lugares ou situações, criando uma imagem mental no leitor. Na descrição, o autor utiliza muitos adjetivos e informações sensoriais para detalhar aquilo que está sendo descrito, focando em suas particularidades e atributos. Esse tipo textual é frequentemente encontrado como parte de textos narrativos, mas também pode aparecer de forma autônoma.

**Exemplo:** retratos, laudos técnicos, descrições de paisagens.

#### ► Dissertação

A dissertação é um tipo textual argumentativo, no qual o autor expõe ideias, discute um tema e apresenta argumentos, com o objetivo de convencer ou informar o leitor. Esse tipo de texto costuma ser formal e estruturado, apresentando uma introdução, um desenvolvimento e uma conclusão. No contexto educacional e acadêmico, os textos dissertativos são amplamente utilizados em ensaios, redações de vestibulares e concursos, e artigos científicos.

**Exemplo:** redações argumentativas, ensaios, editoriais.

#### ► Exposição

O texto expositivo tem como objetivo principal expor, explicar ou apresentar informações e conhecimentos de forma clara e objetiva. Esse tipo textual busca esclarecer fatos ou conceitos, sem a necessidade de persuadir o leitor ou envolver juízos de valor. É frequentemente utilizado em contextos didáticos e científicos para transmitir informações de maneira acessível.

**Exemplo:** textos didáticos, relatórios, verbetes de enciclopédias.

#### ► Injunção

O texto injuntivo (ou instrucional) tem como função principal orientar o leitor a realizar uma ação ou a seguir determinados procedimentos. São textos que fornecem instruções, ordens ou conselhos, utilizando verbos no imperativo ou no infinitivo para guiar o comportamento do leitor.

**Exemplo:** manuais de instrução, receitas, regulamentos, bulas de remédios.

#### ► Características dos Tipos Textuais

Cada tipo textual possui características próprias, que podem ser resumidas da seguinte forma:

▪ **Narração:** foco em ações e eventos em sequência (cronológica ou não); uso de verbos no passado; presença de personagens, tempo e espaço definidos;

▪ **Descrição:** foco em características e detalhes; uso de adjetivos; apelo aos sentidos (visão, audição, olfato, tato, paladar);



## AMOSTRA

- **Dissertação:** foco na argumentação e no raciocínio lógico, estrutura rígida (introdução, desenvolvimento, conclusão), uso de conectores e verbos de opinião;
- **Exposição:** foco na explicação e na apresentação de informações; tom objetivo e neutro; uso de exemplos e definições;
- **Injunção:** foco em orientar o comportamento do leitor; uso de verbos no imperativo ou no infinitivo; clareza e precisão nas instruções.

► **Combinação dos Tipos Textuais**

É importante destacar que, embora os tipos textuais sejam categorias distintas, muitos textos apresentam uma combinação de mais de um tipo. Por exemplo, um romance, que é predominantemente narrativo, pode conter trechos descritivos para retratar o ambiente e os personagens, além de momentos dissertativos para discutir ideias ou reflexões dos personagens. Essa flexibilidade dos tipos textuais contribui para a riqueza e a variedade de textos que encontramos no dia a dia.

### GÊNEROS TEXTUAIS

Os gêneros textuais são as diferentes formas de organização de um texto que surgem de acordo com as necessidades e convenções sociais. Eles são determinados pelo contexto de uso, pela intenção comunicativa e pelas práticas culturais de uma sociedade.

Diferentemente dos tipos textuais, que são formas mais rígidas e estruturais, os gêneros textuais são dinâmicos, adaptando-se às situações comunicativas e aos meios em que circulam, como o jornal, a internet, ou o ambiente acadêmico.

Os gêneros textuais são numerosos e variam conforme a evolução das formas de comunicação, mas podem ser organizados em diferentes categorias, dependendo de sua função social e das características formais que apresentam.

► **Notícia**

A notícia é um gênero textual do campo jornalístico, cujo objetivo é informar o público sobre fatos recentes ou de interesse social. Esse gênero é marcado pela objetividade e imparcialidade, apresentando os acontecimentos de forma direta e sem opiniões pessoais. A notícia costuma seguir a estrutura conhecida como pirâmide invertida, onde as informações mais importantes aparecem no início do texto, enquanto os detalhes são desenvolvidos ao longo do texto.

- **Estrutura:** título, lead (introdução com as informações principais), desenvolvimento e conclusão.
- **Exemplo:** notícias publicadas em jornais, portais de internet, telejornais.

► **Carta**

A carta é um gênero textual de comunicação escrita, utilizado para estabelecer contato entre interlocutores distantes no tempo ou no espaço. Dependendo do destinatário e do objetivo, a carta pode ser formal ou informal. No caso de uma carta formal, são utilizados vocabulário e expressões mais respeitadas, enquanto a carta informal permite uma linguagem mais coloquial e próxima.

- **Estrutura:** saudação, corpo do texto e despedida.
- **Exemplo:** cartas comerciais, cartas pessoais, e-mails.

► **Artigo de Opinião**

O artigo de opinião é um texto dissertativo-argumentativo que expressa o ponto de vista do autor sobre determinado tema, geralmente um assunto de relevância atual. O objetivo é convencer o leitor por meio de argumentos bem estruturados. Embora apresente opiniões pessoais, o artigo de opinião deve ser fundamentado com dados, exemplos e argumentos lógicos.

- **Estrutura:** título, introdução (apresentação do tema), desenvolvimento (argumentação) e conclusão (fechamento com uma posição clara).
- **Exemplo:** artigos publicados em jornais, revistas e portais de internet.

► **Resenha**

A resenha é um gênero textual que visa analisar e avaliar uma obra cultural, como um livro, filme, peça de teatro, evento, entre outros. A resenha combina descrição e crítica, oferecendo um resumo da obra e, ao mesmo tempo, apresentando a opinião do autor da resenha sobre a qualidade e a relevância da obra em questão.

- **Estrutura:** identificação da obra (título, autor), resumo do conteúdo, análise crítica e conclusão.
- **Exemplo:** resenhas de livros, críticas de cinema, avaliações de produtos.

► **Crônica**

A crônica é um gênero textual que apresenta uma reflexão sobre situações cotidianas, frequentemente com um tom pessoal e subjetivo. Geralmente breve, a crônica pode ter um caráter humorístico, poético ou reflexivo, abordando temas simples, mas sempre com um olhar crítico ou irônico. É comum encontrarmos crônicas em jornais e revistas, onde são utilizadas para comentar pequenos acontecimentos do dia a dia.

- **Estrutura:** narrativa breve, com espaço para reflexões do autor sobre o tema abordado.
- **Exemplo:** crônicas jornalísticas, crônicas literárias.

► **Relatório**

O relatório é um gênero textual utilizado em contextos profissionais e acadêmicos para registrar, de maneira objetiva e detalhada, os resultados de uma investigação, experiência ou atividade. O relatório busca informar e documentar um processo, podendo incluir dados quantitativos e qualitativos, tabelas, gráficos e conclusões baseadas nas evidências apresentadas.

- **Estrutura:** introdução, desenvolvimento (metodologia, descrição dos dados) e conclusão.
- **Exemplo:** relatórios empresariais, relatórios de pesquisa, relatórios técnicos.

# RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

## CONJUNTOS E SUAS OPERAÇÕES, DIAGRAMAS

### TEORIA DOS CONJUNTOS

Um conjunto é uma coleção de objetos, chamados elementos, que possuem uma propriedade comum ou que satisfazem determinada condição.

#### ► Representação de um conjunto

Podemos representar um conjunto de várias maneiras. Indicamos os conjuntos utilizando as letras maiúsculas e os elementos destes conjuntos por letras minúsculas. Vejamos as principais formas de representação:

- Os elementos do conjunto são colocados entre chaves separados por vírgula, ou ponto e vírgula.

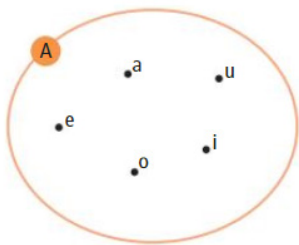
$$A = \{a, e, i, o, u\}$$

- Os elementos do conjunto são representados por uma ou mais propriedades que os caracterize.

$$A = \{x \mid x \text{ é vogal do nosso alfabeto}\}$$

Este símbolo significa tal que.

- Os elementos do conjunto são representados por meio de um esquema denominado diagrama de Venn.



#### ► Relação de pertinência

Usamos os símbolos  $\in$  (pertence) e  $\notin$  (não pertence) para relacionar se um elemento faz parte ou não do conjunto.

#### ► Tipos de Conjuntos

- Conjunto Universo:** reunião de todos os conjuntos que estamos trabalhando.
- Conjunto Vazio:** é aquele que não possui elementos. Representa-se por  $\emptyset$  ou, simplesmente  $\{ \}$ .
- Conjunto Unitário:** possui apenas um único elemento.

- Conjunto Finito:** quando podemos enumerar todos os seus elementos.

- Conjunto Infinito:** contrário do finito.

#### ► Relação de inclusão

É usada para estabelecer relação entre conjuntos com conjuntos, verificando se um conjunto é subconjunto ou não de outro conjunto. Usamos os seguintes símbolos de inclusão:

$\subset$	está contido
$\supset$	contém
$\not\subset$	não está contido
$\not\supset$	não contém

#### ► Igualdade de conjuntos

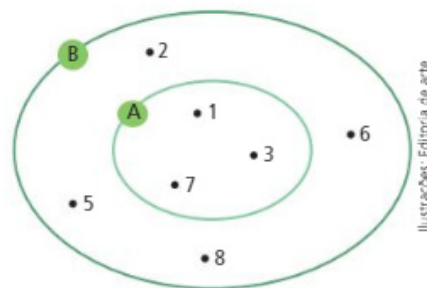
- Dois conjuntos  $a$  e  $b$  são iguais, indicamos  $a = b$ , quando possuem os mesmos elementos.

- Dois conjuntos  $a$  e  $b$  são diferentes, indicamos por  $a \neq b$ , se pelo menos um dos elementos de um dos conjuntos não pertence ao outro.

#### ► Subconjuntos

Quando todos os elementos de um conjunto  $A$  são também elementos de um outro conjunto  $B$ , dizemos que  $A$  é subconjunto de  $B$ .

Exemplo:  $A = \{1,3,7\}$  e  $B = \{1,2,3,5,6,7,8\}$ .



Ilustrações: Editora de arte

Os elementos do conjunto  $A$  estão contidos no conjunto  $B$ .

Atenção:

- Todo conjunto  $A$  é subconjunto dele próprio;
- O conjunto vazio, por convenção, é subconjunto de qualquer conjunto;
- O conjunto das partes é o conjunto formado por todos os subconjuntos de  $A$ .

## AMOSTRA

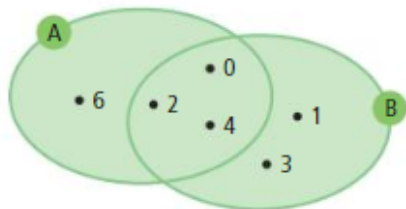
▪ O número de seu subconjunto é dado por:  $2^n$ ; onde  $n$  é o número de elementos desse conjunto.

### ▶ Operações com Conjuntos

Tomando os conjuntos:  $A = \{0,2,4,6\}$  e  $B = \{0,1,2,3,4\}$ , como exemplo, vejamos:

#### União de conjuntos

É o conjunto formado por todos os elementos que pertencem a  $A$  ou a  $B$ . Representa-se por  $A \cup B$ . Simbolicamente:  $A \cup B = \{x \mid x \in A \text{ ou } x \in B\}$ . Exemplo:



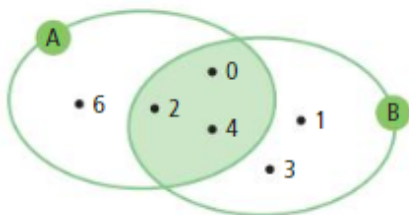
A parte pintada dos conjuntos indica  $A \cup B$ .

$$A \cup B = \{0, 1, 2, 3, 4, 6\}$$

Lê-se: A união B ou A reunião B.

#### Intersecção de conjuntos

É o conjunto formado por todos os elementos que pertencem, simultaneamente, a  $A$  e a  $B$ . Representa-se por  $A \cap B$ . Simbolicamente:  $A \cap B = \{x \mid x \in A \text{ e } x \in B\}$



A parte pintada dos conjuntos indica  $A \cap B$ .

$$A \cap B = \{0, 2, 4\}$$

Lê-se: A intersecção B.

Observação: Se  $A \cap B = \emptyset$ , dizemos que  $A$  e  $B$  são conjuntos disjuntos.

#### Propriedades da união e intersecção

##### ▪ Propriedade comutativa

$$A \cup B = B \cup A \text{ (comutativa da união)}$$

$$A \cap B = B \cap A \text{ (comutativa da intersecção)}$$

##### ▪ Propriedade associativa

$$(A \cup B) \cup C = A \cup (B \cup C) \text{ (associativa da união)}$$

$$(A \cap B) \cap C = A \cap (B \cap C) \text{ (associativa da intersecção)}$$

##### ▪ Propriedade associativa

$$A \cap (B \cup C) = (A \cap B) \cup (A \cap C) \text{ (distributiva da intersecção em relação à união)}$$

$$A \cup (B \cap C) = (A \cup B) \cap (A \cup C) \text{ (distributiva da união em relação à intersecção)}$$

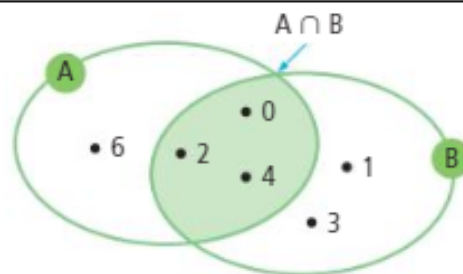
##### ▪ Propriedade essencial

$$\text{Se } A \subset B, \text{ então } A \cup B = B \text{ e } A \cap B = A, \text{ então } A \subset B$$

#### Número de Elementos da União e da Intersecção de Conjuntos

É dado pela fórmula abaixo:

$$n(A \cup B) = n(A) + n(B) - n(A \cap B)$$



$$n(A \cup B) = 4 + 5 - 3 \Rightarrow n(A \cup B) = 6$$

Exemplo: (FCC)

Dos 43 vereadores de uma cidade, 13 dele não se inscreveram nas comissões de Educação, Saúde e Saneamento Básico. Sete dos vereadores se inscreveram nas três comissões citadas. Doze deles se inscreveram apenas nas comissões de Educação e Saúde e oito deles se inscreveram apenas nas comissões de Saúde e Saneamento Básico. Nenhum dos vereadores se inscreveu em apenas uma dessas comissões. O número de vereadores inscritos na comissão de Saneamento Básico é igual a

- (A) 15.
- (B) 21.
- (C) 18.
- (D) 27.
- (E) 16.

Resolução:

De acordo com os dados temos:

7 vereadores se inscreveram nas 3.

APENAS 12 se inscreveram em educação e saúde (o 12 não deve ser tirado de 7 como costuma fazer nos conjuntos, pois ele já desconsidera os que se inscreveram nos três)

APENAS 8 se inscreveram em saúde e saneamento básico.

São 30 vereadores que se inscreveram nessas 3 comissões, pois 13 dos 43 não se inscreveram.

$$\text{Portanto, } 30 - 7 - 12 - 8 = 3$$

Se inscreveram em educação e saneamento 3 vereadores.

# LEGISLAÇÃO E CÓDIGO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## LEI ORGÂNICA DO MPES - LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 95/1997 (TÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS; CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO)

### LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 28 DE JANEIRO DE 1997

*Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - Lei Orgânica do Ministério Público Estadual.*

(Vide Lei Complementar nº 916, de 30 de julho de 2019, que extingue 65 cargos)

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** Faça saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

### TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Ministério Público é Instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo único. São princípios institucionais do Ministério Público: a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2º Ao Ministério Público é assegurada, na forma dos artigos 127 da Constituição Federal e 3º da Lei Federal nº 8.625/93, autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe especialmente:

- I - praticar atos próprios de gestão;
- II - decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, e das carreiras do Ministério Público e área administrativa, organizadas em quadros próprios;
- III - elaborar as folhas de pagamento do pessoal ativo, inativo e de seus servidores administrativos;
- IV - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;
- V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos das carreiras, bem como, a fixação, a revisão, o reajuste e a recomposição dos vencimentos dos seus membros e dos seus servidores;

VI - prover, em caráter originário ou mediante promoção e demais formas de provimento derivado, os cargos referidos no inciso anterior;

VII - editar atos de nomeação, exoneração, demissão, disponibilidade, afastamento, promoção, remoção, penalidade administrativa, férias, licença, aposentadoria e todos os demais necessários à atividade institucional e previstos em lei;

VIII - organizar suas secretarias e os serviços auxiliares dos órgãos de administração e execução;

IX - compor os seus órgãos de administração;

X - elaborar seus Regimentos Internos;

XI - exercer outras competências da espécie decorrentes.

(Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 1º As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 2º A autonomia financeira compreende a competência exclusiva para a elaboração de seu orçamento, detalhamento das despesas e participação no total da previsão orçamentária do Estado. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97) (Dispositivo declarado inconstitucional pela ADI nº 1757. Transitada em julgado em 19.10.2018)

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária juntamente com os Poderes do Estado, dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a por intermédio do Procurador-Geral de Justiça, diretamente ao Governador do Estado para inclusão do projeto de lei orçamentária a ser submetido ao Poder Legislativo. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 4º Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão postos à disposição em duodécimos, até o dia vinte de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de despesa, em cotas estabelecidas na programação financeira. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 5º Os recursos próprios, não originários do Tesouro Estadual, provenientes de convênios, acordos, realização de concurso de ingresso nas carreiras, participação em fundo instituído por lei, cursos e publicações, serão utilizados em programas vinculados aos fins da Instituição, vedada outra destinação. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

§ 6º A fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno. (Promulgado pela Assembléia no D.O. de 04/04/97)

## AMOSTRA

§ 7º O controle interno, mencionado no § 6º, é exercido pela Assessoria de Auditoria Interna e Controle, conforme disposto em ato do Procurador-Geral de Justiça. (Redação dada pela Lei Complementar nº 916, de 30 de julho de 2019)

§ 8º As contas do Ministério Público serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado.

### **CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Art. 3º O Ministério Público compreende:

- I - os órgãos de Administração Superior;
- II - os órgãos de Administração;
- III - os órgãos de Execução;
- IV - os órgãos Auxiliares;

### **SEÇÃO I DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR**

Art. 4º São órgãos de Administração Superior do Ministério Público:

- I - a Procuradoria-Geral de Justiça;
- II - as Subprocuradorias Gerais de Justiça; (Redação dada pela Lei Complementar nº 565, de 21 de julho de 2010).
- III - o Colégio de Procuradores de Justiça;
- IV - o Conselho Superior do Ministério Público;
- V - a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

### **SEÇÃO II DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO**

Art. 5º São também órgãos de administração do Ministério Público:

- I - as Procuradorias de Justiça;
- II - as Promotorias de Justiça;
- III - Ouvidoria do Ministério Público. (Dispositivo incluído pela Lei Complementar nº 1.047, de 27 de junho de 2023)

### **SEÇÃO III DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO**

Art. 6º São órgãos de execução do Ministério Público:

- I - o Procurador-Geral de Justiça;
- II - os Subprocuradores Gerais de Justiça; (Redação dada pela Lei Complementar nº 565, de 21 de julho de 2010).
- III - o Conselho Superior do Ministério Público;
- IV - os Procuradores de Justiça;
- V - os Promotores de Justiça.

### **SEÇÃO IV DOS ÓRGÃOS AUXILIARES**

Art. 7º São órgãos Auxiliares do Ministério Público, além de outros:

- I - Órgãos de Execução Administrativa;
- II - Órgãos de Assessoramento;
- III - Órgãos de Apoio Administrativo.
- (...)

## **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DE 1989 (TÍTULO I - DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SEU TERRITÓRIO; TÍTULO II - DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS; CAPÍTULO IV - DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA, SEÇÃO I - DO MINISTÉRIO PÚBLICO)**

### **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 05 DE OUTUBRO DE 1989.**

*Nós, os representantes do povo espírito-santense, reunido sob a proteção de DEUS, em Assembléia Estadual Constituinte, por força do Art.11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal, baseados nos princípios nela contidos, promulgamos a Constituição Estadual, assegurando o bem-estar de todo cidadão mediante a participação do povo no processo político, econômico e social do Estado, repudiando, assim, toda a forma autoritária de governo.*

### **TÍTULO I DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E SEU TERRITÓRIO**

Art. 1º O Estado do Espírito Santo e seus Municípios integram a República Federativa do Brasil e adotam os princípios fundamentais da Constituição Federal. Parágrafo único - Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal e desta Constituição.

Art. 2º O Território do Estado, constituído por Municípios, tem os limites que lhe são assegurados pela tradição, documentos históricos, leis e julgados, não podendo ser alterado senão nos casos previstos na Constituição Federal. Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 01 de dezembro de 1998.

### **TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

#### **CAPÍTULO ÚNICO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

### **TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

#### **CAPÍTULO ÚNICO DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 3º Estado assegurará, pela lei e demais atos de seus órgãos e agentes, a imediata e plena efetividade dos direitos e garantias individuais e coletivos mencionados na Constituição Federal e dela decorrentes, além dos constantes nos tratados internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte.

Parágrafo único - O Estado e os Municípios estabelecerão, por lei, sanções de natureza administrativa, econômica e financeira a quem incorrer em qualquer tipo de discriminação, independentemente das sanções criminais.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### MODALIDADES ASSISTENCIAIS; HOSPITAL-DIA, ASSISTÊNCIA DOMICILIAR, TRABALHO DE GRUPO

#### ▪ Hospital - dia

O Hospital Dia tem o objetivo de proporcionar tratamentos e cuidados médicos intensivos durante o dia, ou seja, assistência intermediária, procedimentos clínicos, cirúrgicos, ou seja, pacientes que irão permanecer por apenas 12 horas internados. Os hospitais, geralmente, são utilizados para tratamentos de saúde mental, reabilitação física (pós cirúrgicos), quimioterapias e outras terapias que exigem supervisão das equipes de saúde.

O trabalho de grupo dentro de um hospital, desenvolve um papel fundamental no processo da recuperação de pacientes. A interação com outras pessoas que enfrentam situações semelhantes, ou seja, pode proporcionar apoio emocional e social, facilitando a troca de experiência entre os indivíduos. Além disso, os grupos são geralmente coordenados por profissionais de saúde, como psicólogos, terapeutas ocupacionais ou enfermeiros, que orientam as atividades e garantem os objetivos terapêuticos.

#### Assistencia domiciliar

As visitas domiciliares são uma ferramenta essencial em diversas áreas, desde a assistência social até a saúde pública, desenvolvendo promoção da saúde, na prevenção de doenças, no acompanhamento de pacientes e na educação sanitária das famílias.

Abaixo, descrevemos os principais aspectos da metodologia das visitas domiciliares:

#### ▪ Planejamento

Antes de realizar as visitas domiciliares, é fundamental fazer um planejamento detalhado. Isso envolve a definição dos objetivos da visita, a seleção dos indivíduos ou famílias a serem visitados, a preparação do material necessário e a organização da equipe responsável pelas visitas.

#### ▪ Identificação de Necessidades

Durante as visitas domiciliares, os profissionais de saúde têm a oportunidade de identificar as necessidades específicas de cada família ou indivíduo. Isso pode incluir questões relacionadas à saúde física, mental, social e ambiental.

É importante realizar uma avaliação completa e sensível, levando em consideração o contexto cultural e socioeconômico dos indivíduos.

#### ▪ Coleta de Dados

Durante a visita, os profissionais de saúde coletam informações relevantes sobre o estado de saúde dos moradores, as condições de vida, os hábitos de higiene, o acesso aos serviços de saúde e outros aspectos importantes. Esses dados são essenciais para planejar intervenções adequadas e personalizadas.

#### ▪ Educação em Saúde

As visitas domiciliares são uma oportunidade valiosa para fornecer orientações e educação em saúde às famílias. Isso pode incluir informações sobre prevenção de doenças, cuidados com a saúde materno-infantil, promoção da alimentação saudável, higiene pessoal, vacinação, entre outros temas relevantes.

É necessário adaptar as mensagens às necessidades e realidades específicas de cada família.

#### ▪ Acompanhamento e Monitoramento

Após a visita inicial, é fundamental realizar um acompanhamento regular das famílias, especialmente daquelas com necessidades específicas ou em situações de vulnerabilidade. Isso permite monitorar o progresso, avaliar a eficácia das intervenções realizadas e identificar novas necessidades que possam surgir ao longo do tempo.

#### ▪ Integração com a Rede de Serviços

As visitas domiciliares devem ser parte integrante de uma abordagem mais ampla e coordenada de atenção primária à saúde. É essencial que os profissionais de saúde trabalhem em colaboração com outros serviços e programas, como unidades básicas de saúde, centros de referência, assistência social, educação e outros setores relevantes.

#### ▪ Registro e Documentação:

Todos os dados coletados durante as visitas domiciliares devem ser registrados de forma precisa e sistemática. Isso inclui informações sobre as condições de saúde, as intervenções realizadas, os resultados obtidos e quaisquer recomendações ou encaminhamentos feitos. A documentação adequada é essencial para garantir a continuidade do cuidado e a prestação de contas.

As visitas domiciliares devem ser pautadas em ferramentas poderosas para promover a saúde e o bem-estar das comunidades, adotando uma abordagem holística e centrada no indivíduo, os profissionais de saúde podem identificar as necessidades específicas de cada família e fornecendo intervenções personalizadas e eficazes.

## AMOSTRA

### ▪ Trabalho em grupo

O trabalho de grupo leva a resultados eficazes, pois promove um ambiente acolhedor, os clientes podem desenvolver suas habilidades sociais, construir redes de suporte. Este tipo de abordagem trata o indivíduo de uma forma holística, ou seja, não trata só os sintomas físicos, mas também os psicossociais.

## PRÁTICA DE ENFERMAGEM NA COMUNIDADE; CUIDADO DE SAÚDE FAMILIAR; ESTRATÉGIA DA SAÚDE DA FAMÍLIA

O Programa Saúde da Família (PSF), atualmente conhecido como Estratégia Saúde da Família (ESF), foi implementado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) como uma resposta às necessidades de reorganização da atenção primária à saúde no Brasil. Desde sua criação, a ESF tem sido uma ferramenta central na promoção da saúde, prevenção de doenças e no cuidado integral das comunidades. A estratégia visa garantir que o cuidado em saúde seja acessível, contínuo e centrado nas necessidades reais da população, integrando diversos níveis de atenção e promovendo uma saúde pública mais eficaz e equitativa.

A ESF foi desenvolvida com a compreensão de que a saúde não é apenas a ausência de doenças, mas um estado de completo bem-estar físico, mental e social. Para atingir esse objetivo, a ESF trabalha com equipes multidisciplinares que atuam diretamente nas comunidades, proporcionando um atendimento que vai além do tratamento de doenças, englobando também a promoção de hábitos saudáveis e a prevenção de problemas de saúde. O programa busca ainda fortalecer o vínculo entre a população e os serviços de saúde, garantindo que todos tenham acesso aos cuidados necessários de maneira oportuna e de qualidade.

### OBJETIVOS DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)

#### ▶ Promover a Saúde e Prevenir Doenças

A promoção da saúde e a prevenção de doenças são pilares fundamentais da ESF. Essa estratégia visa não apenas tratar as doenças existentes, mas evitar que elas ocorram. Para isso, a ESF desenvolve uma série de ações educativas, como palestras e oficinas, que orientam a população sobre a importância de adotar hábitos de vida saudáveis, como uma alimentação balanceada e a prática regular de atividades físicas. Além disso, campanhas de vacinação são organizadas para prevenir a disseminação de doenças infecciosas, enquanto programas específicos são implementados para o controle de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Ao focar na prevenção, a ESF busca reduzir a necessidade de intervenções médicas mais complexas e caras, promovendo uma saúde preventiva que é mais sustentável para o sistema de saúde e para a população.

#### ▶ Atenção Integral à Saúde

A ESF adota uma abordagem integral à saúde, que considera o indivíduo em todas as suas dimensões – física, emocional e social. Esse modelo de cuidado integral é implementado através de um acompanhamento contínuo, onde a equipe de saúde não apenas trata as doenças, mas também promove o bem-estar

geral dos pacientes. As equipes são responsáveis por desenvolver planos de cuidado personalizados, que incluem desde a promoção da saúde e prevenção de doenças até a reabilitação de condições crônicas. A atenção integral também significa que a ESF está preparada para lidar com as diversas fases da vida dos pacientes, desde o nascimento até a velhice, garantindo que todos os aspectos de sua saúde sejam abordados de forma ordenada e contínua.

#### ▶ Vinculação e Acolhimento

O vínculo entre os profissionais de saúde e as comunidades atendidas é um dos principais diferenciais da ESF. A estratégia busca criar um relacionamento de confiança entre a equipe de saúde e os usuários do SUS, proporcionando um atendimento acolhedor e humanizado. O acolhimento é a base para que as necessidades de saúde dos indivíduos sejam compreendidas e atendidas de maneira eficaz. Os profissionais da ESF são capacitados para escutar ativamente os pacientes, compreendendo suas preocupações e fornecendo orientações adequadas. Além disso, o vínculo forte entre a equipe de saúde e a comunidade facilita a adesão ao tratamento, o que é fundamental para o sucesso das intervenções em saúde.

#### ▶ Descentralização e Acesso Universal

A descentralização dos serviços de saúde é uma das principais estratégias da ESF para garantir o acesso universal à saúde. Ao levar os cuidados de saúde para mais perto das pessoas, especialmente aquelas em áreas rurais, periféricas e vulneráveis, a ESF reduz as barreiras geográficas e sociais que muitas vezes impedem o acesso aos serviços de saúde. A estratégia também busca assegurar que os serviços sejam equitativos, ou seja, que todos, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenham acesso aos mesmos padrões de cuidado. A descentralização facilita a identificação de problemas de saúde locais e a implementação de soluções adaptadas às realidades específicas de cada comunidade.

#### ▶ Coordenação do Cuidado

A ESF atua como a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde, coordenando o cuidado de saúde dos pacientes entre os diferentes níveis de atenção, desde a atenção básica até os serviços especializados. Isso significa que a equipe de saúde da família não apenas presta cuidados primários, mas também é responsável por organizar o fluxo de atendimento, garantindo que os pacientes sejam encaminhados para especialistas ou serviços de alta complexidade quando necessário. A coordenação do cuidado é fundamental para garantir a continuidade do atendimento e para evitar a fragmentação dos serviços de saúde, o que pode comprometer a qualidade do cuidado e a satisfação dos pacientes.

#### ▶ Foco na Comunidade e Participação Social

Um dos pilares da ESF é o foco na comunidade e a promoção da participação social. A ESF entende que a saúde é um direito de todos e que a comunidade deve ser ativa na gestão de sua própria saúde. Por isso, a estratégia incentiva a participação da população nas decisões relacionadas à saúde, por meio de conselhos de saúde e outras formas de controle social. Esse envolvimento é crucial para garantir que as ações de saúde sejam relevantes



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

**EU QUERO SER APROVADO!**

